

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TALITA LUANA CORBARI

CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DA SAÚDE SEXUAL E INTERRUÇÃO
VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: OLHAR DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TALITA LUANA CORBARI

CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DA SAÚDE SEXUAL E INTERRUÇÃO
VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: OLHAR DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Disciplina TCC II como requisito parcial à conclusão
do Curso de Biomedicina, Setor de Ciências
Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Milene Zanoni da Silva
Vosgerau

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

TALITA LUANA CORBARI DA SILVA

CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DA SAÚDE SEXUAL E INTERRUPÇÃO
VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: OLHAR DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para conclusão do Curso de Biomedicina, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profª Drª Milene Zanoni da Silva Vosgerau
Departamento de Farmácia, UFPR

Profª Ms. Gracce Bareta
Departamento de Farmácia, UFPR

Ms. Anelise Montañes Alcântara
Departamento de Enfermagem e Saúde Pública, UEPG

CURITIBA, 5 DE DEZEMBRO DE 2013

RESUMO

Este estudo descritivo teve como objetivo levantar dados referentes a saúde sexual e a perspectivas a respeito da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em estudantes da área da saúde de uma Universidade Pública Federal. Tal necessidade ocorre devido ao aborto provocado ocorrer em situações de clandestinidade no país, levando a uma alta mortalidade materna. A clandestinidade, além de por em risco a vida das mulheres, dificulta a obtenção de dados a respeito do tema. Deste modo, buscamos levar o assunto para a reflexão de futuros profissionais da área da saúde, bem como verificar como tal população observa este tema, quais são os cuidados e percepções. Foram entrevistados 86 estudantes (83,4% da população total). Observou-se que a maioria considera o tema como tendo alta ou média importância (96,5%), sendo que 27,9% (n=24) conhecem pelo menos uma pessoa que já tenha realizado um aborto e 42,1% daqueles que já iniciaram a vida sexual (n=24) já utilizaram método contraceptivo de emergência. A maioria se mostra favorável a IVG nos casos previstos por lei (90,7% no caso de anencefalia, 89,5% nos casos de estupro, 86% quando a vida da gestante é ameaçada pela gravidez), 31,4% são favoráveis em situações nas quais a mulher se considera sem condições psicológicas de ter a criança e 25,6% consideraram a vontade da mulher como motivo suficiente para interrupção da gravidez até a 12^a semana de gestação.

Palavras chave: Aborto. Pílula do Dia Seguinte. Interrupção Voluntária da Gravidez. Universitários, Saúde Sexual

ABSTRACT

This descriptive study aims to collect data relating to sexual health and perspectives about Abortion for students in the healthcare courses of the State University of Paraná (UFPR). This research is needed due to abortion occurrences being clandestine in the country and therefore leading to high maternal mortality. This situation jeopardizes the lives of women and makes it difficult to obtain data on the subject. Thus we seek to take the matter to the reflection of future health professionals, and also measure how this specific population views this subject, as well as finding what are the concerns and perceptions regarding this issue. We interviewed 86 students (83.4 % of total population) and observed that the vast majority considers the issue as having high or medium importance (96.5 %), whereas 27.9% (n = 24) know at least one person that has already performed an abortion and within those who have already begun their sexual lives, 42.1% (n = 24) had used emergency contraception. The vast majority is favorable to abortion in cases prescribed by law (90.7 % for anencephaly, 89.5 % in cases of rape, 86% when the mother's life is threatened by pregnancy), 31.4 % are favorable in situations when the woman is considered to have no psychological conditions of bearing a child and 25.6 % considered the woman's will as sufficient for aborting up to 12 weeks of pregnancy.

KEYWORDS: Emergency contraception. Abortion. Undergraduates. Sexual Health.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	7
2.1	OBJETIVO GERAL.....	7
2.2	OBJETIVO ESPECIFICO.....	7
3	REVISÃO DA LITERATURA	8
3.1	A QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL.....	8
3.2	A QUESTÃO DO ABORTO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.....	10
4	MATERIAL E MÉTODOS	13
4.1	DESCRIÇÃO DA AMOSTRA.....	13
4.2	COLETA DE DADOS.....	13
5	RESULTADOS	15
5.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO.....	16
5.2	DADOS REFERENTES A SEXUALIDADE E SAÚDE SEXUAL.....	17
5.3	CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE A QUESTÃO DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ.....	19
5.4	A INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	24
6	DISCUSSÃO	26
7	CONCLUSÃO	29
	REFÊNCIAS	30
	APÊNDICE	32
	ANEXO	34

1 INTRODUÇÃO

A questão do aborto no Brasil é sempre um tema controverso que encontra uma enorme dificuldade na obtenção de dados confiáveis sobre o número real de interrupções voluntárias da gravidez, o que ocorre devido à ilegalidade de tal prática (BRASIL, 2009; DINIZ; MEDEIROS, 2010) e ao envolvimento de diversas questões de foro íntimo, tais como aspectos psicológicos, morais e religiosos (LEAL, 2012).

É difícil obter dados confiáveis a cerca do aborto, sendo difícil distinguir se um aborto é provocado (Interrupção Voluntária da Gravidez) ou não (aborto voluntário). O aborto é uma das principais causas de mortes maternas no Brasil, sendo considerada uma morte evitável, em sua maioria, caso haja um bom acesso à assistência médica hospitalar (BRASIL, 2000). As mortes maternas decorrentes do aborto são mais expressivas nos países os quais a interrupção voluntária da gravidez é proibida, dentre eles países subdesenvolvidos, países da América Latina. A proibição da Interrupção Voluntária da Gravidez, não impede que este seja realizado. As condições nos quais este é realizado, no entanto, variam, sendo que as mulheres negras e de camadas populares são as que mais morrem em decorrência do aborto clandestino o qual é realizado em condições sanitárias muito inferiores aquelas das classes mais abastardas (MOTTA et al., 2010).

Sendo assim, não é possível ver o aborto dissociado das questões de classe, gênero, étnica, das questões antropológicas, sociais, questões de direito e saúde pública. Ao iniciar este estudo obtive muitas indagações a respeito de como seria feito um estudo a respeito deste tema fora do âmbito das Ciências Humanas. Apesar de grande parte dos estudos serem feitos neste âmbito, o presente estudo se propõe a verificar como este debate se dá entre os alunos de um curso da área da saúde. curso este que encontra-se nos primeiros anos de sua existência na universidade em questão.

Buscando situar a Interrupção Voluntária da Gravidez como um tema interdisciplinar e abordar seus entornos o presente trabalho teve como objetivo verificar os conhecimentos e percepções de estudantes universitários sobre o tema da Interrupção Voluntária da Gravidez e Saúde Sexual.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar os conhecimentos e as percepções de estudantes da área da saúde acerca da saúde sexual e da interrupção voluntária da gravidez.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sociodemográfico da população estudada;
- Descrever situações relacionadas à vida sexual e reprodutiva dos sujeitos da pesquisa;
- Verificar como e se o tema do aborto está inserido na formação universitária dos sujeitos da pesquisa.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL

A magnitude dos casos de aborto provocados no Brasil é de difícil mensuração, ocorrendo grande omissão de dados pelo fato de tal prática ser considerada crime contra a vida segundo o Código Penal Brasileiro, o qual proíbe a prática do aborto exceto em determinadas situações: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez resulta de estupro, sendo que, a partir do dia 17 de maio de 2012 foi aprovado o direito a antecipação do parto em caso de anencefalia comprovada (BRASIL, 2009; DINIZ; MEDEIROS, 2010).

Os principais estudos ocorrem através de três metodologias: registros de internações hospitalares referentes à prática do aborto, como a curetagem, obtidos pelos dados do SUS; pesquisa à beira do leito com pacientes internadas por complicações de aborto de modo a coletar dados sobre esses abortos ou, ainda, por meio de técnicas de coleta de dados fora do ambiente hospitalar, onde vários métodos são testados em busca de um método que garanta sigilo, levando a respostas mais sinceras, como a técnica da urna (DINIZ; MEDEIROS, 2010).

O Portal da Saúde do SUS situa o aborto inseguro como a quarta causa de morte materna no país. O abortamento, voluntário ou espontâneo, é o desfecho de 31% das gestações, sendo que 243.988 mulheres foram internadas pelo SUS em 2004 para realização de curetagem pós-aborto. Devido a tais estatísticas, toda mulher em processo de abortamento inseguro ou espontâneo tem direito a acolhimento e tratamento com dignidade pelo SUS, direito garantido através da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Aborto do ano de 2004 (SUS, 2004).

Através de dados de internações por aborto do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do SUS (Sistema Único de Saúde) estima-se que em 2005 1.054.242 abortos ilegais foram realizados e que 20% das induções de aborto acabariam em hospitalização (BRASIL, 2009).

Motta et al. (2010) estudaram a questão do aborto dentro de grupos populares urbanos e, por meio de um apanhado de antecedentes científicos, consideram o recorte de classe como algo fundamental na questão da Interrupção

Voluntária da Gravidez. Tais pesquisadores citam o Brasil como país com grande desigualdade social, sendo que quase um terço da população vive em situação de pobreza crônica. Tal recorte de classe interfere diretamente na vida das mulheres que optam pela Interrupção Voluntária da Gravidez, pois as camadas populares possuem maior risco de vida.

Apesar do aborto ser uma questão importante em termos de saúde pública, muitas vezes a temática acaba por desviar desse enfoque. Fontes (2010) publicou uma análise da abordagem do tema aborto por meios de comunicação. Em sua pesquisa considerou válidos 434 textos publicados em nove jornais e quatro revistas brasileiras de circulação nacional, onde se pode constatar que o tema foi debatido de modo constante, de maneira direta ou indireta. Neste estudo foi verificado que o debate ocorreu predominantemente sob caráter moral e religioso onde se pode perceber a exclusão do aspecto de saúde pública, sendo que somente três textos contextualizaram o tema indo além das campanhas políticas e apresentando pesquisa de opinião e índices epidemiológicos e de mortalidade materna em função do aborto. Apenas uma reportagem problematizou a questão sobre o aspecto de saúde pública especificamente.

Segundo revisão do mesmo autor a imprensa se apresenta como um dos principais agentes envolvidos no elenco de temas que compõem o repertório da opinião pública, podendo interferir na agenda pública nacional e até mesmo na formulação de políticas públicas (FONTES, 2010). Segundo pesquisa da ONG chilena *Corporación Latinobarometro*, realizada no segundo semestre de 2011, a imprensa televisionada é a segunda instituição que obtêm maior confiança entre os latino-americanos (49%), perdendo apenas para a Igreja (72%). A partir disso podemos compreender um pouco da influência de tais segmentos na formação da opinião pública no Brasil (*Corporación Latinobarometro* apud AZEVEDO, 2004).

Ortis et al. (2013) analisam a cobertura midiática de dois jornais gaúchos (Zero Hora e Sul 21) sobre a Marcha das Vadias ocorrida Porto Alegre em 2012. Tal artigo engloba dois assuntos pertinentes a este estudo: o movimento feminista, suas demandas e a mídia como parte da construção das percepções sobre as questões de gênero.

A Marcha das Vadias surgiu no Canadá em abril de 2011 como uma resposta a um policial de Toronto que fez a recomendação de que as mulheres deveriam evitar se vestirem como vadias de modo a “prevenir” estupros. Tal opinião gerou discussão sobre culpabilização da vítima em situações de violência de gênero, bem como motivou realização e internacionalização da marcha que levanta bandeiras feministas, tais como a liberdade da mulher em poder se vestir como deseja e a legalização do aborto (ORTIS et al., 2013).

Segundo os autores, a mídia é um meio importante para que os movimentos sociais consigam divulgar e informar a sociedade de suas pautas e legitimar os motivos de sua luta em outro campo social. Em tal ocasião a mídia abordou o tema por este ser de interesse público, no entanto, como é de praxe do jornalismo, as matérias tem seu foco no acontecimento e não em seus entornos, acabando por propagar as ideias do movimento, mas de forma rasa, sem levar a uma reflexão profunda (ORTIS et al., 2013).

3.2 A QUESTÃO DO ABORTO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Matos (2011) estudou a opinião de estudantes do curso de Medicina quanto a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) na Universidade do Porto em Portugal, onde tal prática é permitida por lei. De seu grupo amostral de 214 pessoas (21% da população): 66% se mostraram pró-escolha, ou seja, favoráveis a legalização do aborto por decisão da mulher, 27% se consideraram pró-vida sendo contrários a legalização do aborto e 7% se consideram neutros. Nesta amostra verificou-se que mesmo os alunos que se declaram pró-vida podem não concordar com a lei, mas consideram que a liberdade da mulher é permitida por meio desta. No entanto, apesar da maioria dos participantes se mostrarem favoráveis ao direito de escolha da mulher apenas 30% afirmaram que se disponibilizariam para executar a IVG e 40% afirmaram que não conseguiriam prestar um aconselhamento imparcial em tal situação.

No Brasil, dos 180 estudantes de Medicina do 4º ano entrevistados pela UNESP de Botucatu, 54% mostraram-se favoráveis à descriminalização do aborto, não sofrendo interferência de sexo, posicionamento que se manteve mesmo com conhecimento dos códigos de Ética, Civil e Penal (HOSSNE; HOSSNE, 2009).

Quando pesquisada a opinião de mulheres em idade fértil, predominantemente de baixa renda, mães de pelo menos uma criança, fora do âmbito universitário, as opiniões obtidas foram bem diferentes. As pesquisadoras relataram que as únicas situações com mais de 50% de aceitação são aquelas já garantidas por leis - risco de vida da mãe, gravidez proveniente de estupro e má formação fetal (OSIS et al., 1994).

Dentre os motivos não previstos por lei: 17,2% afirmaram ser favoráveis a Interrupção Voluntária da Gravidez quando não há condições psicológicas, 11,8% quando não desejam ter o filho, 8,9% na ausência de condições financeiras, 8,7% na falha de meio contraceptivo, 7,0% caso a gravidez ponha em risco a manutenção da mulher no emprego, 4,2% no caso de mães solteiras. Mães solteiras e negras mostram-se mais liberais quanto às situações em que o aborto hospitalar deveria ser permitido, bem como aquelas com maior grau de instrução (OSIS et al., 1994).

Ao observar o posicionamento mais liberal em relação à Interrupção Voluntária da Gravidez pelas mulheres com maior nível de instrução é levantada a discussão sobre onde a educação formal influencia a maneira de encarar os problemas sociais e existenciais: seria o maior acesso à informação que levaria tais mulheres a um posicionamento mais liberal ou o fato de ser uma pessoa mais liberal teria impulsionado a mulher a buscar um maior nível educacional? Os autores consideram também se a metodologia adotada - entrevista realizada no domicílio - levaria a entrevistada a responder de modo a buscar aceitação social (OSIS et al., 1994).

A questão do aborto dentro do ambiente universitário foi abordada em 1990 em uma Universidade do Estado de São Paulo através de questionário auto-respondido devolvido por correio, envolvendo, além de estudantes, funcionárias da instituição. Nesta ocasião, 9% das alunas e 13% das funcionárias afirmaram já ter provocado pelo menos um aborto, dentro de um universo de 1992 questionários respondidos por funcionárias e 937 respondidos por alunas (HARDY et al., 1993).

Ao considerar somente as mulheres que alguma vez já estiveram grávidas o resultado é ainda mais expressivo, 65,9% das alunas e 38,2% das funcionárias já vivenciaram um aborto espontâneo e 59,4% das alunas e 20,3% das funcionárias

relataram a vivência de um aborto provocado. Dentre as que tiveram ao menos um aborto provocado, a diferença entre alunas e funcionárias aumenta ainda mais, onde alunas apresentaram uma taxa três vezes maior. Quando analisada a faixa etária em que ocorreu a gravidez, quanto menor a idade em que ocorreu a gestação maior a probabilidade de resultar em um aborto provocado. Por fim, estes autores observam ainda que a gravidez é vista como um problema maior entre as estudantes em decorrência da falta de estabilidade profissional. (HARDY et al., 1993).

Pouco mais de dez anos após este estudo, outras pesquisadoras verificaram também a questão da prática de regulação da fecundidade entre universitários. Onde foi visto que, apesar da alta utilização de métodos contraceptivos, 27 estudantes afirmaram já terem passado por uma gestação, sendo, 13 homens e 14 mulheres, sendo que a maioria foi finalizada por um aborto provocado. Ao se tratar da primeira gravidez esse índice foi de 52,2%. A segunda gravidez foi vivenciada por apenas três participantes da amostra, sendo que uma delas teve o aborto voluntário como desfecho (PIROTTA; SCHOR, 2004).

Na discussão deste mesmo artigo, os pesquisadores citam Yazaki & Morell, que afirmaram, em 1998, que a prática da anticoncepção, do aborto e das uniões é mais recorrente em grupos de adolescentes com maior escolaridade (Yazaki & Morell, 1998 apud PIROTTA & SCHOR, 2004).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Este estudo quali-quantitativo em delineamento individuado, observacional, transversal. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes de Biomedicina da Universidade Federal do Paraná. No momento da realização da pesquisa estavam matriculados 103 estudantes.

4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada através de questionário auto-preenchido em sala de aula (apêndice) com os alunos presentes após leitura, aprovação e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O questionário serviu como ferramenta para o levantamento de dados sociodemográficos, saúde sexual e percepções acerca da Interrupção Voluntária da Gravidez. Os critérios de inclusão na pesquisa foram: estar matriculado no curso de Biomedicina da Universidade Federal do Paraná, ser maior de idade, encontrar-se disponível e aceitar participar da pesquisa.

A pesquisadora esteve disponível para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A coleta de dados foi realizada de modo a manter o sigilo e anonimato dos participantes. O pré-teste foi realizado com sete estudantes que não faziam parte da população de estudo, a fim de ajustar o conteúdo e ordem das perguntas do instrumento de coleta de dados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética obtendo o Certificado de apresentação para apreciação ética de nº 19703913.9.0000.0102.

As informações foram digitadas em banco de dados criado no programa do Epi Info, versão 6.04 para Windows. Para análise descritiva, utilizaram-se medidas de ocorrência como média, mediana, desvio padrão, tabelas, gráficos. Foi realizada a técnica de Associação Livre de Palavras (APL) onde se pedia aos entrevistados que citassem, em ordem de importância, quais as palavras que lhe vinham ao pensamento em relação ao “aborto provocado”. Esta técnica foi utilizada como

ferramenta na verificação das percepções dos estudantes acerca da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Os dados encontrados foram comparados com outros estudos e publicações brasileiras escritas na língua vernácula. A literatura consultada encontra-se em ambiente online e diz respeito aos temas de saúde sexual, interrupção voluntária da gravidez e aborto. Devido a pesquisa ter seu foco no Brasil, a base de dados SciELO (A Scientific Electronic Library Online) foi bastante utilizada. Além de publicações científicas foram consultados publicações de órgãos federais como o Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística e Ministério da Saúde.

5 RESULTADOS

5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Concordaram voluntariamente em fazer parte deste estudo 86 alunos de todos os períodos do curso (1º ao 8º), 83,5% do total, de 103 alunos matriculados. Houve perda de dados devido à dificuldade em contatar alguns alunos, principalmente os alunos do último ano, devido a participação de programa de intercâmbio e/ou estes não possuem disciplinas obrigatórias em sua grade horária, pois este período é destinado ao desenvolvimento do estágio obrigatório e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Alguns alunos aceitaram participar do estudo através do preenchimento online do questionário, os quais também mantiveram seu sigilo e anonimato assegurados através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Um aluno se recusou em participar da pesquisa. De acordo com a tabela 1 é possível verificar a distribuição de proporção de estudantes por período do curso.

Tabela 1: Distribuição da população estudada quanto ao semestre cursado.

Período	N	%
2º semestre	27	31,4
4º semestre	23	26,7
5º semestre	2	2,3
6º semestre	23	26,7
8º semestre	11	12,8
Total	86	100

Fonte: O autor, 2013.

Dos 86 entrevistados, 73 eram mulheres (84,9%) e 13 eram homens (15,1%). A idade média dos alunos participantes foi de 20,4 (dp = 2,1), na qual 59,3% afirmaram exercer alguma atividade remunerada, no entanto, apenas 10,5% afirmam não receber auxílio financeiro dos pais, refletindo na moradia, uma vez que a maioria (66,6%) declara morar com os pais ou outros familiares. 17,4% dos entrevistados moram com amigos, 12,8% moram sozinhos e 3,5% moram com cônjuge (marido ou namorado; n=3). A maior parte, 75,6% dos alunos entrevistados possuíam alguma religião: 41,9% eram católicos, 19,8% evangélicos, 9,3% espíritas, 4,7% citaram outros credos e 24,4% ateus ou agnósticos (Tabela 2).

Tabela 2: Perfil sociodemográfico da população estudada, Curitiba 2013.

Variáveis sociodemográficas	n	%
Sexo		
Feminino	73	84,9
Masculino	13	15,1
Religião		
Católica	36	41,9
Ateu/Agnóstico	21	24,4
Evangélico	17	19,8
Espírita	8	9,3
Outra	4	4,7
Atividade remunerada		
Sim no âmbito da UFPR	30	34,9
Sim, com carteira assinada	1	1,2
Sim, autônomo	4	4,7
Não	51	59,3
Auxílio financeiro		
Sim	77	89,5
Não	9	10,5

Fonte: O autor, 2013.

5. 2 DADOS REFERENTES A SEXUALIDADE E SAÚDE SEXUAL

A maior parte da amostra já teve relação sexual alguma vez na vida 66,3%, sendo de 17,0 (dp = 2,0) anos a idade média de início da vida sexual, onde 75,0% teve início depois dos 15 anos. 87,5% tiveram relações sexuais com no máximo uma pessoa nos últimos três meses. Ocorrendo a distribuição da seguinte maneira: 19,6% nenhum parceiro, 67,9% se relacionou com uma pessoa, 5,4% tiveram dois parceiros, as quantidades de três, quatro, cinco e seis parceiros foram citados uma vez cada (Tabela 3).

O método contraceptivo mais utilizado foi a camisinha masculina 51,2% (n=44), seguido pela pílula anticoncepcional 44,2% (n=38), 32,6% afirmaram não terem tido relação sexual. Outros métodos citados foram: coito interrompido (12,8%), tabelinha (4,7%), camisinha feminina (4,7%), houve ainda uma citação para adesivo contraceptivo, DIU, anticoncepcional injetável e nenhum método. Quanto a utilização de método contraceptivo de emergência em si mesma ou pela companheira 42,1% (n=24) dos que já iniciaram a vida sexual afirmaram já terem utilizado (Tabela 3).

De todos os entrevistados, independente de possuir uma vida sexualmente ativa, 48,8% afirmam decidir sobre o método contraceptivo juntamente com o

companheiro, 22,1% diz decidir por conta própria, 18,6% têm auxílio do ginecologista. Quanto aos motivos que levaram à utilização da camisinha masculina na última relação sexual, 41,9% (n=36) afirmam fazer uso como método contraceptivo e 30,2% (n=26) relatam ter utilizado para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) (Tabela 3).

Tabela 3: Frequência absoluta e relativa sobre a sexualidade e saúde sexual dos alunos participantes da pesquisa. Curitiba, 2013.

	n	%
Já teve relação sexual alguma vez na vida (n=86)		
Sim	57	66,3
Não	29	33,7
Idade de Início da Vida Sexual		
12	1	1,8
14	4	7,1
15	9	16,1
16	4	7,1
17	15	26,8
18	11	19,6
19	10	17,9
20	1	1,8
25	1	1,8
Quantidade de Parceiros nos últimos 3 meses		
0	11	19,6
1	38	67,9
2	3	5,4
3	1	1,8
4	1	1,8
5	1	1,8
6	1	1,8
Métodos contraceptivos (nas últimas relações sexuais) n=128*		
Camisinha masculina	44	51,2
Pílula anticoncepcional	38	44,2
Coito interrompido	11	12,8
Tabelinha	4	4,7
Adesivo contraceptivo	1	1,2
DIU	1	1,2
Não tiveram relações sexuais	28	32,6
Não utilizou método contraceptivo	1	1,2
Utilização de método contraceptivo de emergência (n=57)		
Sim	24	42,1
Não	29	50,9
Não soube responder	4	7,0
Decisão sobre método contraceptivo (n=77) *		
Entrevistado juntamente com seu companheiro	42	48,8
Apenas o entrevistado	19	22,1
Ginecologista	16	18,6
Motivação para a utilização da camisinha		
Contracepção	39	41,9
Prevenção de DSTs	26	30,2

* perguntas que poderiam ter mais de uma resposta

Fonte: O autor, 2013.

Os temas referentes a sexualidade foram bem discutidos durante a adolescência para 40,7% dos participantes, para 41,9% elas foram discutidas as vezes e para 17,4% eles foram pouco discutidos (Tabela 4).

Tabela 4: Como e aonde questões referentes a sexualidade foram abordadas

	N	%
Discussão sobre sexualidade na adolescência		
Sim, foram bem discutidos	35	40,7
Às vezes foram discutidos	36	41,9
Foram pouco discutidos	15	17,4
Pessoas e Instituições envolvidos no debate da sexualidade durante adolescência*		
Amigos	72	83,7
Escola	57	66,3
Família	55	64,0
Outros	5	5,8
Não foi discutido	2	2,3
Pessoas e Instituições envolvidos no debate da sexualidade*		
Amigos	77	89,5
Companheiro(a)	46	53,5
Família	43	50,0
Ginecologista	25	29,1
Não costumam conversar	5	5,8
Outros	2	2,3

* perguntas que poderiam ter mais de uma resposta

Fonte: O autor, 2013.

Os amigos são as pessoas mais relacionadas com a discussão das questões referentes a sexualidade, tendo a maior frequência tanto na adolescência quanto no período atual da vida dos estudantes. Instituições como família e escola também apresentaram-se importantes no debate sobre o assunto, bem como o assunto possui uma frequência grande com os companheiros. É baixa o percentual de estudantes que afirmam que o assunto não foi ou não costuma ser discutido. A igreja foi outra instituição citada no espaço de debate sobre o assunto (Tabela 4).

5.3 CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE A QUESTÃO DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

Mais de um quarto dos entrevistados, 27,9% (n=24) afirmaram conhecer alguém que já tenha realizado um aborto, onde: 22,1% (n=19) conhecem uma pessoa, 2,3% conhecem três pessoas (n=2) e as quantidades duas, seis e oito pessoas foram citadas uma vez cada (Gráfico 1).

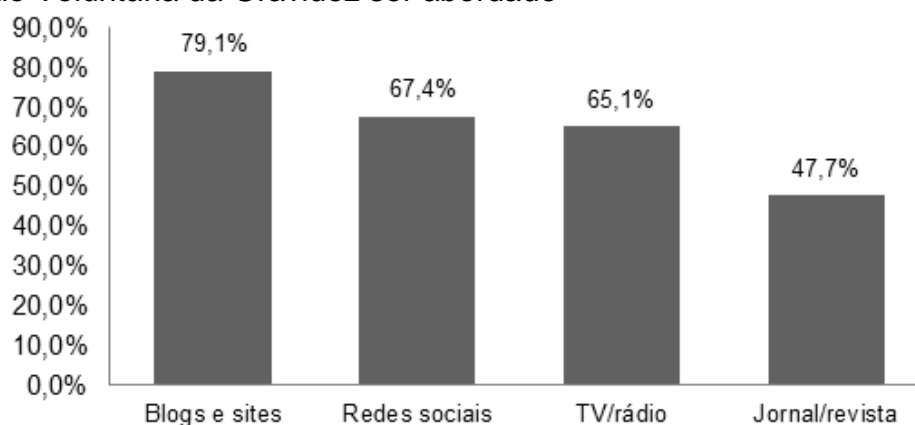
Gráfico 1: Número de pessoas que já realizaram um aborto que são conhecidas pelos estudantes



Fonte: O autor, 2013.

A grande maioria dos participantes 89,5% dizem se interessar pelo tema “Interrupção Voluntária da Gravidez”, 96,5% dos entrevistados dizem lembrar de ver o assunto ser exposto pelos meios de comunicação: 79,1% relatam ter visto o assunto na internet através de sites ou blog, 67,4% afirmam ter visto o assunto online por meio de redes sociais, 65,1% na televisão ou rádio, 47,7% citam jornais e revistas (Gráfico 2). 58,1% consideram-se razoavelmente informados a respeito do assunto, 26,7% consideram-se pouco informados, 14,0% bem informados. 86,0% (n = 74) já ouviram a respeito da marcha das vadias.

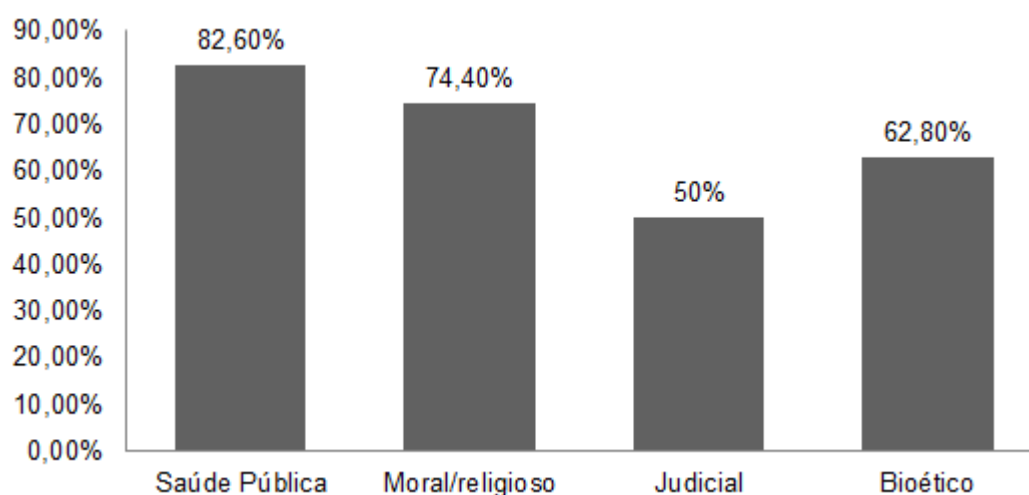
Gráfico 2: Meios midiáticos nos quais os estudantes recordam de ver o tema da Interrupção Voluntária da Gravidez ser abordado



Fonte: O autor, 2013.

A maioria, 82,6%, situam que veem a discussão ser feita no âmbito de saúde pública/saúde da mulher, seguido pela discussão moral/religiosa (74,4%), mais da metade (62,8%) observam a discussão do ponto de vista da bioética e 50,0% discussão Judicial/penal/legislativo/político (Gráfico 3).

Gráfico 3: Âmbito no qual o tema da Interrupção Voluntária da Gravidez é vista pelos estudantes



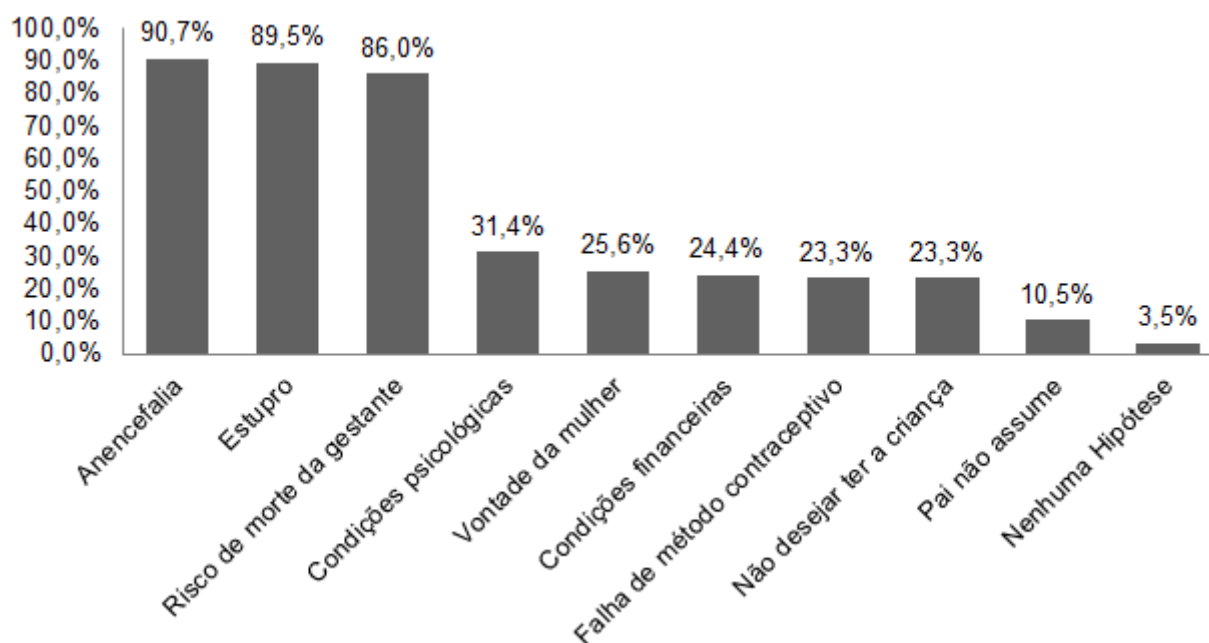
Fonte: O autor, 2013.

Quando perguntados sob quais circunstâncias o aborto deveria ser permitido a maioria mostra-se favorável em caso de anencefalia (90,7%), casos de estupro (89,5%) e quando põem em risco a vida da gestante (86,0%), ou seja, os casos permitidos por lei (Gráfico 4).

Outros motivos pelos quais poderia ser permitida a interrupção voluntária da gravidez: 31,4% citam o fato da mulher não se considerar em condições psicológicas de ter a criança, 25,6% consideraram a vontade da mulher como motivo suficiente para interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, 24,4% consideraram a falta de condições financeiras, 23,3% citaram a falha de método contraceptivo, a mesma porcentagem daqueles que citaram o não desejo em ter o filho, 10,5% consideraram questões onde o pai não assume a criança e 3,5% alegaram que sob nenhuma hipótese a interrupção voluntária da gravidez deveria ser permitida. 38,4%

citaram pelo menos um motivo além daqueles permitidos por lei, não havendo diferença significativa entre os sexos (Gráfico 4).

Gráfico 4: Situações na qual a Interrupção Voluntária da Gravidez deveria ser permitida

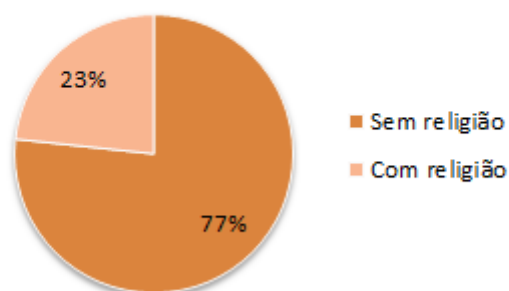


Fonte: O autor, 2013.

Quando considerada questão de possuir ou não uma religião os ateus e agnósticos apresentaram posição mais liberal (posicionamento mais liberal apresenta frequência de 81,0% contra 24,6% daqueles que possuem religião) quanto os casos nos quais o aborto deveria ser permitido posicionando-se por mais vezes em questões para além daquelas previstas por lei (Gráfico 5).

Gráfico 5.: Posicionamento de opinião mais liberal (favorável à Interrupção Voluntária da Gravidez além dos casos já previstos por lei) quanto a possuir ou não uma religião

Posicionamento mais liberal quanto aos casos em que a IVG deveria ser permitida



Fonte: O autor, 2013.

Foi realizada também a técnica de Associação Livre de Palavras (APL) onde se pedia aos entrevistados que citassem, em ordem de importância, quais as palavras que lhe vinham ao pensamento em relação ao “aborto provocado”, foram citadas 148 palavras sendo as mais citadas: Escolha, Morte, Direito, Polêmica, Saúde, Irresponsabilidade, Liberdade, Perigo (Tabela 5).

Tabela 5: Associação livre de palavras (APL) o que veio ao pensamento dos alunos em relação ao “aborto provocado”:

Palavras citadas	1º Lugar		2º Lugar		3º Lugar		Total	%
	n	%	n	%	n	%		
Escolha	8	12,8	6	7,2	3	3,6	17	20,4
Morte	5	5,9	3	3,6	5	6,0	13	15,6
Direito	6	7,2	1	1,2	5	6,0	12	14,4
Polêmica	4	4,8	4	4,8	2	2,4	10	12,0
Saúde	3	3,6	4	4,8	2	2,4	9	10,8
Irresponsabilidade	7	8,2	1	1,2	0	0	8	9,6
Liberdade	3	3,6	4	4,8	0	0	7	8,4
Risco/perigo	2	2,4	3	3,6	1	1,2	6	7,2

Fonte: O autor, 2013.

Pobreza, desigualdade, saúde pública aspecto social são as únicas palavras citadas que remetem ao recorte de classe presente neste tema, onde as classes menos favorecidas são as que mais sofrem as consequências de um aborto mal realizado. Contrastando com 14 palavras que remetem a julgamentos morais, são eles: desumano, errado (citada duas vezes 2), erro, homicídio, assassinato (citado

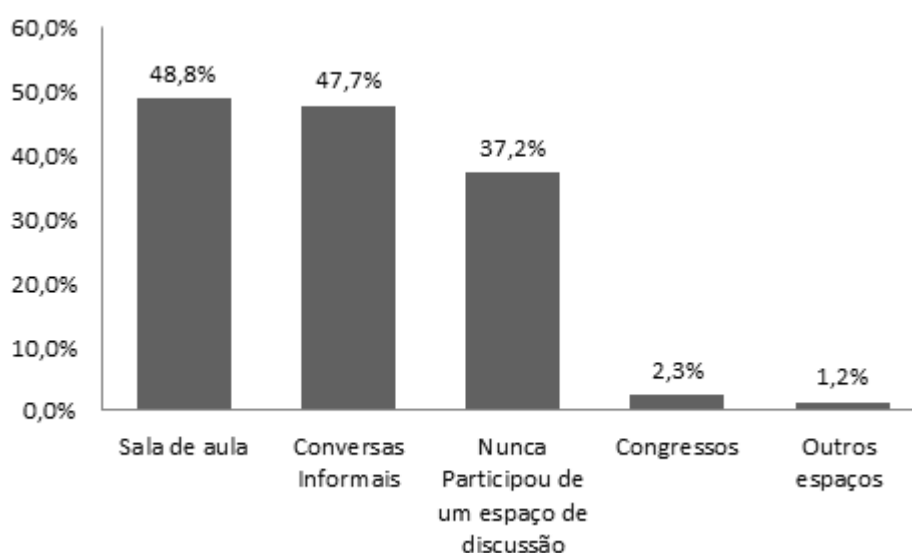
duas vezes), maldade, egoísmo, crueldade, descuido, individualidade, insensatez, insensibilidade, egoísmo, frieza.

5.4 A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Quanto a importância conferida ao assunto para a formação profissional 62,8% dos estudantes confere alta importância. Dizem se interessar pelo tema 89,5% dos estudantes e 67,1% afirmam que participariam de um espaço de discussão a respeito deste.

A maior parte dos estudantes (57,0%) afirma que o debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) se encontra presente, sendo a sala de aula (n=42) o principal local de discussão, seguido pelas conversas informais (n=41), no entanto, uma grande parcela (n=32) nunca participou de um espaço de discussão a respeito do tema.

Gráfico 6.: Locais onde o tema da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) á foi abordado dentro da Universidade.



Fonte: O autor, 2013.

A discussão do tema na universidade é fortemente influenciado pela disciplina de Bioética; 97,1% dos que já a cursaram dizem observar a discussão no âmbito universitário, contrastando com 30,8% daqueles que não a cursaram.

A questão foi debatida em sala de aula para 97,1% dos que já cursaram bioética e apenas 17,3% afirmam ter presenciado essa discussão sem ter cursado a disciplina.

6 DISCUSSÃO

A amostra avaliada apresenta um início da vida sexual ao final da adolescência, ocorrendo em situação de maior maturidade se comparado ao contexto brasileiro onde a idade média de início da vida sexual ocorre aos 14 anos para os mulheres e 15 para os homens (BORGES; SCHOR, 2005).

A prática sexual se dá com pouca variação de parceiros, onde a preocupação e cuidados com a saúde sexual ocorrem em consonância com tal prática: o método contraceptivo mais utilizado é a camisinha masculina seguido pela pílula anticoncepcional; a camisinha masculina é utilizada, principalmente, como método anticoncepcional e sua escolha geralmente é realizada juntamente com o parceiro.

A utilização de contraceptivo de emergência (42,1% dentre aqueles que já iniciaram a vida sexual) é alto tendo em vista que segundo o Ministério da Saúde sua utilização é de 18,5% entre mulheres na faixa etária dos 20 aos 24 anos. Na população universitária, no entanto, tais dados encontram-se condizentes com a pesquisa realizada com alunos da USP através de metodologia online de autopreenchimento, onde a frequência de utilização de método contraceptivo de emergência foi de 50,4% dentre aqueles que já haviam iniciado a vida sexual (BORGES, 2010).

O presente estudo, no entanto, trata apenas de alunos da área da saúde os quais deveriam possuir mais informações quanto a utilização de métodos contraceptivos e conseqüentemente recorrer menos a métodos de emergência, no entanto não foi aprofundada a questão, não podendo ser avaliada em quais situações tal procedimento foi adotado: se por falha de método contraceptivo, insegurança ou prática recorrente. Não pode ser verificada também em qual momento da vida ocorreu sua utilização. Sendo assim é difícil ter uma análise de se tal ocorrência é positiva ou não.

Quanto ao âmbito de discussão sobre a sexualidade 66,3% citam a escola como espaço de discussão durante adolescência, número muito reduzido se comparado com Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012), na qual 89,1% dos adolescentes afirmaram ter recebido informações quanto a DST e AIDS e 82,9% teve informações sobre métodos contraceptivos e 69,7% sabiam que era possível adquirir preservativos gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2012).

A maior parte diz que observa o tema ser discutido sob o ponto de vista de saúde pública e saúde da mulher (82,6%), acima da discussão moral, divergindo com Fontes que, ao analisar a mídia impressa, observa que o tema quase nunca é visto por estes termos (FONTES, 2010). Tal fato pode ocorrer devido a menos da metade dos entrevistados lembrar de ver o tema neste tipo de mídia, apenas 47,7% lembram de ter visto o assunto discutido em jornais e revistas, sendo maior a utilização dos meio de comunicação online (79,1%), onde a informação pode ser mais facilmente direcionada para o tema de interesse. Na internet o fluxo de informação através das redes sociais passa a ser mediada por uma rede de contatos tecida por interesses comuns ou pré-existentes fora do ambiente online (BATISTA; ZAGO, 2010). Sendo a questão jurídica o menor enfoque observado quando se debate o assunto, talvez este quadro fosse inverso ao entrevistar estudantes de Direito.

O motivo mais citado nos quais um aborto deveria ser permitido foi o caso de anencefalia (90,7%), o qual é observado por Porto em seu estudo com profissionais da saúde. A pesquisadora atribui a tal aceitação ao fato do anencéfalo ser considerado sem vida pelos profissionais da área que compreendem que este não resistirá após o nascimento (PORTO, 2008). Os únicos motivos nos quais a aceitação da IVG superou os 50% são aqueles já previstos por lei, onde 25,6% dos universitários entrevistados declaram-se favoráveis a IVG por vontade da mulher até a 12ª semana de gestação pouco menos da metade do observado com os alunos de Medicina da UNESP que, em sua maioria (54%), são favoráveis a descriminalização do aborto (HOSSNE; HOSSNE, 2009).

Segundo Leal (2012), a questão do aborto envolve muitas sutilezas. Observa que apesar da opinião contrária, figura-se como uma “espécie de postulado público”

defendido e de grande aceitação social. Em seu grupo de estudo, mulheres de baixa renda, verificou que, apesar da grande maioria ter uma visão contrária ao aborto, quando observadas mais a fundo, 61% do total aceita a Interrupção Voluntária da Gravidez em algumas circunstâncias. A pesquisadora salienta também que procedimentos para regularização da menstruação não são considerados muitas vezes como práticas abortivas e explora um pouco do contexto no qual só existe gravidez quando há o reconhecimento social desta (LEAL, 2012). É interessante observar que a mulher se considerar sem condições psicológicas de ter a criança teve quase 6% maior aprovação do que a vontade da mulher em interromper a gravidez, o que mostra um pouco das sutilezas do tema. Bem como, apesar da maioria dos entrevistados terem se declarado contrários à IVG além dos casos previstos por lei, “escolha” é a palavra mais citada no imaginário dos estudantes ao pensar em aborto.

Vale lembrar ainda do estudo de Porto que verifica que 80% dos médicos portugueses (onde a IVG é permitida até a 10^a semana de gravidez) apelam para a objeção de consciência para não realizar uma IVG. Tal objeção é uma escolha onde se opta por não realizar o procedimento médico em decorrência de questões de âmbito pessoal, tais como motivos íntimos, morais ou religiosos (PORTO, 2008).

O interesse dos alunos pelo tema e a questão ser vinculada aos temas de Bioética, Saúde Pública e Saúde da Mulher demonstram uma certa compreensão dos estudantes acerca do tema e de seus entornos, no entanto ainda há um grande receio por parte da legalização do aborto no país.

7 CONCLUSÃO

Através do presente estudo pode-se observar que as questões relacionadas a sexualidade é recorrente na vida da população pesquisada, sendo debatido tanto em espaços formais quanto informais. Quanto à saúde sexual, os dados coletados mostrarem zelo e informação a respeito das questões referentes a saúde sexual e interrupção voluntária da gravidez, o método contraceptivo de emergência já foi utilizado pelo menos uma vez por grande parte da população, no entanto, não foi aprofundado se esta utilização se deu de maneira apropriada ou não.

O espaço acadêmico, bem como as conversas informais, os meios de comunicação e o ambiente familiar são espaços onde é observada importante abertura para a realização de debate e troca de ideias a respeito do tema, o qual é considerado de alta importância para a população analisada.

Quase 30% da população estudada afirmou conhecer pelo menos uma pessoa que já tenha realizado um aborto, o que condiz com os dados alarmantes dos abortos clandestinos realizados no país. A maior parte da população situa o tema no âmbito de saúde pública, saúde da mulher, mas a maioria não se mostra favorável a IVG ser permitida para além dos casos previstos por lei.

Apesar da discussão ser feita e vivenciada por tais estudantes da área da saúde através da saúde pública/saúde da mulher e se tratarem de futuros profissionais da área da saúde, é difícil desvincular várias questões delicadas de foro íntimo, moral, religioso e/ou sociais impregnadas desde o nascimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil, **Rev Estudos Avançados**, 2004 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300009&script=sci_arttext>. Acesso em 28/11/2012.

BATISTA, J. C. & ZANGO, G. S. **Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney**. Estudos em Comunicação, Covilhã, n. 8, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/08/pdf/EC08-2010Dez-08.pdf>>. Acesso em: 22/11/2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Urgências e Emergências Maternas: Guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna**. Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2000, 2ª edição. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0105urgencias.pdf> Acesso em 20/05/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf> Acesso em 20/05/2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/catalogsearch/result/?q=sa%C3%BAde+escolar>> Acesso em: 22/11/2013.

BORGES A.L.V., SCHOR N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. **Cad Saúde Pública**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n2/16.pdf>> Acesso em 22/11/2013.

BORGES, A.L.V. Práticas contraceptivas entre jovens universitários: o uso da anticoncepção de emergência. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v26n4/23.pdf> Acesso em 22/11/2013.

DINIZ, D. & MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Rev Ciência & Saúde Coletiva**, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/002.pdf> Acesso em 20/05/2013.

FONTES, MLA. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate, **Rev Ciência & Saúde Coletiva**, 2012. Disponível em: <www.scielosp.org/pdf/csc/v17n7/19.pdf> Acesso em 22/11/2013.

MATOS, IPC. Perspectivas e Atitudes de Estudantes de Medicina do ICBAS-UP Perante a Interrupção Voluntária da Gravidez, Dissertação de Mestrado, **Instituto de**

Ciências Biomédicas Abel Salazar, 2011. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/21064/2/Ins%20Campos%20Matos.pdf>> Acesso em 20/05/2013.

HARDY, E. *et al.* Aborto entre Alunas e Funcionárias de uma Universidade Brasileira. **Rev. Saúde Pública**, 1993. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsp/v27n2/06.pdf> Acesso em 20/05/2013.

HOSSNE, WS. & HOSSNE, RS. Opinião do Estudante de Medicina sobre Algumas Questões Bioéticas, **Revista Bioética**, 2009. Disponível em http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/336/404. Acesso em 20/05/2012.

LEAL, OD. “Levante a mão aqui quem nunca tirou criança!”: revisitando dados etnográficos sobre a disseminação de práticas abortivas em populações de baixa-renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000700007&script=sci_arttext> Acesso em 22/11/2013.

PIROTTA, KCM. & SCHORB, N. Intenções reprodutivas e práticas de regulação da fecundidade entre universitários. **Rev. Saúde Pública**, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-89102004000400003&script=sci_arttext> Acesso em 20/05/2013.

PORTUGAL, Direção-Geral da Saude, Ministério da Saúde, **Relatório dos Registos das Interrupções da Gravidez** ao Abrigo de Lei 16/2007 de 17 de Abril, Lisboa, abril de 2013. Disponível em: <<http://www.dgs.pt/?cr=24378>> Acesso em 20/05/2013.

PORTO, RM. Objeção de consciência, aborto e religiosidade: práticas e comportamentos dos profissionais de saúde em Lisboa, **Estudos Feministas, Florianópolis**, maio-agosto/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200021&script=sci_arttext> Acesso em 22/11/2013.

OSIS, MJD *et al.* Opinião das Mulheres sobre as Circunstâncias em que os Hospitais Deveriam Fazer Abortos. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, jul/set, 1994. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v10n3/v10n3a12.pdf> Acesso em 20/05/2013.

ORTIS, A. *et al.* Marcha das Vadias: análise da construção noticiosa empreendida pelos jornais Zero Hora e Sul 21. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. Ano 6 , Edição 3, USP, Março-Maio, de 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/8493/7846>> Acesso em 22/11/2013.

OSSIS, MJD et al. Dificuldades para obter informações da população de mulheres sobre aborto ilegal. **Rev. Saúde Pública**, 1996. Disponível em: <www.scielosp.org/pdf/rsp/v30n5/5097.pdf> Acesso em: 20/05/2013.

SUS, Norma técnica humaniza atendimento às mulheres com complicações de abortamento, **site oficial**, Aborto inseguro: um problema de saúde pública. Disponível em http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=22411. Acesso em 20 de maio de 2012.

APÊNDICE

Interrupção Voluntária da Gravidez - Questionário

1. Sexo:
 Feminino
 Masculino
2. Idade: _____ anos
3. Exerce atividade remunerada?
 Sim, no âmbito da UFPR (bolsista)
 Sim, com carteira assinada
 Sim, autônomo(a)
 Não
4. Recebe auxílio financeiro dos pais ou familiares?
 Sim Não
5. Quem reside com você?
 Moro sozinho
 Pais
 Outros familiares
 Amigos
 Cônjuge
 Outro(s). Quem? _____
6. Qual sua religião?
 Católica
 Evangélica
 Espírita
 Ateu
 Outro. Qual? _____
7. Você se encontra periodizado em seu curso?
 Sim Não
8. Em qual período do curso você se encontra?

9. Já cursou a disciplina de Bioética?
 Sim Não
10. Cite 3 palavras que lhes vêm à lembrança em relação ao "aborto provocado". Coloque em ordem de importância para você.
 1. _____
 2. _____
 3. _____
11. Já teve relação sexual alguma vez na vida?
 Sim Não
12. Com quantos anos foi o início da sua vida sexual?
 _____ anos.
13. Qual a quantidade de parceiros(as) sexuais nos últimos três meses? _____ parceiro(a, os, as).
14. Utilizou método anticoncepcional nas últimas relações sexuais? (Assinale quantas opções forem necessárias)
 Pílula Adesivo
 Camisinha masculina Coito interrompido
 Camisinha feminina Tabela
 DIU (dispositivo intra-uterino) Laqueadura ou vasectomia
 Diafragma Não utilizei nenhum método
 Injetável Não tive relação
15. Você ou sua companheira já utilizaram pílula do dia seguinte?
 Sim Não Não sei
16. Utilizou preservativo na última relação? O que motivou o uso? (Assinale quantas opções forem necessárias)
 Sim, como método anticoncepcional
 Sim, para evitar doenças sexualmente transmissíveis
 Não utilizei
17. Quem decide sobre o método contraceptivo? (Assinale quantas opções forem necessárias)
 Você
 Seu/sua companheiro(a)
 Ambos
 Ginecologista
 Outro. Quem? _____
18. Conhece alguém que já tenha realizado um aborto?
 Sim Não
19. Caso conheça alguém, quantas pessoas você conhece que já realizaram um aborto?
 _____ pessoas.
20. Você se interessa pelo tema: interrupção voluntária da gravidez (aborto provocado)?
 Sim Não
21. Lembra de ter visto algo sobre o assunto nos meios de comunicação? (televisão, jornais, revistas, internet)
 Sim Não

22. Em qual(is) meio(s) de comunicação isso ocorreu?
(Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Internet – sites, blogs () Jornais e/ou revistas
- () Internet – redes sociais () Outro(s); Qual? _____
- () Rádio e/ou televisão
23. Caso tenha visto, a quanto tempo isso ocorreu pela última vez? Caso lembre, cite rapidamente o que foi visto.
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
24. Você conheceu a Marcha das Vadias?
() Sim () Não
25. Você ouviu algo a respeito do Estatuto do Nascituro?
() Sim () Não
26. A questão da Interrupção Voluntária da Gravidez (aborto) já foi debatida de alguma maneira na sua formação universitária?
() Sim () Não
27. Se esta questão foi debatida, aonde ela aconteceu?
(Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Durante a aula
- () Durante congressos e/ou simpósios
- () Conversas informais
- () Durante espaço organizado dentro da Universidade ou organizado por pessoas atreladas a ela
- () Em outro(s) espaço(s). Quais? _____
- () Nunca foi discutido
28. Você gostaria de participar de espaço de discussão do tema?
() Sim () Não
29. Quando abordado, para você, a discussão ocorre em qual(is) âmbito(s), ou seja, com qual enfoque?
(Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Moral/religioso
- () Judicial/penal/legislativo/político
- () Saúde pública/Saúde da mulher
- () Bioético
30. Quanto você se considera informado a respeito do assunto (interrupção voluntária da gravidez / aborto provocado)?
- () Bem informado
- () Razoavelmente informado
- () Pouco informado
- () Não sei / nunca pensei a respeito
31. Qual importância você confere ao assunto para a sua formação profissional?
- () Alta importância
- () Média importância
- () Baixa importância
32. Com quem você costuma conversar sobre temas relacionados a sexualidade? (Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Amigos
- () Família
- () Companheiro(a)
- () Ginecologista
- () Não costuma conversar
- () Outro. Quem? _____
33. Você considera que durante sua adolescência temas referentes a sexualidade foram bem discutidos?
() Sim, foram bem discutidos
- () As vezes foram discutidos
- () Foram pouco discutidos
- () Não foram discutidos
34. Com quem foi discutido os temas referentes a sexualidade durante sua adolescência? (Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Família
- () Amigos
- () Escola
- () Outros. Quem?
- () Não foram discutidos
35. Para você, em qual(is) caso(s) o aborto deveria ser permitido? (Assinale quantas opções forem necessárias)
- () Casos de estupro
- () Quando a gravidez põe em risco da gestante
- () Má formação incompatível com a vida. Como anencefalia (má formação do tubo neural, cérebro)
- () Falta de recursos financeiros
- () Falha de meio contraceptivo
- () Quando a gestante se considerar sem condições psicológicas
- () Não desejar o filho
- () Quando o pai não assume a criança
- () Vontade da mulher até 12ª semana de gestação
- () Outro. Qual? _____
- () Sob nenhuma hipótese

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DA SAÚDE SEXUAL E INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: OLHAR DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Pesquisador: Milene Zanoni da Silva Vosgerau

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 19703913.8.0000.0102

Instituição Proponente: Departamento de Saúde Comunitária

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 440.554

Data da Relatoria: 23/10/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de graduação, do Departamento de Saúde Comunitário do Setor de Ciências da Saúde, que será realizado pela aluna Talita Luana Corbari da Silva com orientação da Professora Milene Zanoni da Silva Vosgerau e tem por objeto um estudo descritivo sobre a percepção de estudantes da área de saúde de Instituição Pública de Ensino Superior a respeito da educação sexual e da interrupção voluntária da gravidez. Os participantes da pesquisa serão alunos de graduação, de ambos os sexos, do Curso de Biomedicina; a amostra é de 99 estudantes. A coleta de dados será feita mediante aplicação de questionários anônimos, com perguntas sobre dados pessoais (sexo, religião, formação, profissão, etc.), saúde e educação sexual, interrupção voluntária da gravidez (aborto).

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a percepção de estudantes da área de saúde de IES sobre saúde e educação sexual e interrupção voluntária da gravidez. Objetivos específicos: "descrever situações relacionadas à vida sexual e reprodutiva dos participantes", identificar os conhecimentos e a percepção dos participantes sobre a interrupção voluntária da gravidez, e verificar se e como o tema do aborto está inserido na formação acadêmica dos participantes.

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -**



Continuação do Parecer: 440.554

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As pesquisadoras contemplam os riscos de desconforto na resposta das questões e preveem como medida de minimização dos riscos, a aplicação de questionários anônimos, sem possibilidade de identificação dos participantes. Mencionam, ainda, que está devidamente informada a possibilidade de interrupção, a qualquer momento da pesquisa, pelo participante caso este o deseje. Apontam, como benefícios, o levantamento de dados sobre conhecimentos e práticas da vida, saúde e educação sexual entre estudantes universitários na área de saúde, com vistas em contribuir e aprofundar o debate sobre esses temas no ambiente acadêmico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Afirmam as pesquisadoras que o delineamento do estudo é "individuado, observacional e transversal". Quanto à metodologia, explicam que a análise descritiva será feita por medidas de ocorrência, como "média, mediana, desvio padrão, tercis e gráficos". Para análise da questão aberta, serão verificadas as frequências relativas e absolutas de categorias temáticas preselecionadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados

Recomendações:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram resolvidas.

É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará o nº do Parecer e a data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 440.554

participante da pesquisa, tanto o participante como o pesquisador deverão rubricar todas as páginas do TCLE, opondo assinaturas na última página do referido Termo (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

CURITIBA, 30 de Outubro de 2013

Assinador por:
Claudia Seely Rocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Padre Camargo, 280

Bairro: 2º andar

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br